

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCBA Nº 2023/000756

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATORA: KATIUCYA JULIÃO DE MOURA MANFREDINI

EMENTA.FISCALIZAÇÃO. ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL SEM REGISTRO NO CRC. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE. REDUÇÃO DA MULTA. 1. EMPRESA AUTUADA POR EXPLORAR ATIVIDADES CONTÁBEIS CONSTITUÍDA SOB FORMA DE ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL SEM POSSUIR O DEVIDO REGISTRO CADASTRAL NO CRCBA. 2. IDENTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO POR MEIO DE FISCALIZAÇÃO QUE CONSTATOU QUE A EMPRESA MB ASSOCIADOS EXERCIA ATIVIDADES PRIVATIVAS DA PROFISSÃO CONTÁBIL SEM REGULAR INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. 3. APLICAÇÃO DA PENALIDADE DISCIPLINAR DE MULTA NO VALOR DE R\$ 5.370,00 (CINCO MIL, TREZENTOS E SETENTA REAIS), COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA "B" DO ART. 27 DO DL 9.295/46, C/C ART. 56 E 57 DA RESOLUÇÃO CFC 1.603/20 E RESOLUÇÃO CFC 1.680/22. 4. AUTUADA APRESENTOU RECURSO VOLUNTÁRIO ALEGANDO TRATAR-SE DE UMA ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS E NÃO UMA SOCIEDADE EMPRESÁRIA, QUESTIONANDO A OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO. NO ENTANTO, NÃO APRESENTOU PROVAS SUFICIENTES QUE COMPROVASSEM A NATUREZA DE ASSOCIAÇÃO OU A DISPENSA DE REGISTRO PERANTE O CRC. 5. A AUSÊNCIA DE REGISTRO É INFRAÇÃO DISCIPLINAR PREVISTA NO DL 9.295/46 E RESOLUÇÃO CFC 1.708/2023. AINDA QUE HAJA ALEGAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGULARIZAÇÃO, NÃO FOI COMPROVADA A EFETIVA ADEQUAÇÃO DENTRO DO PRAZO PROCESSUAL, CONFORME PREVISTO NO ART. 44 DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.603/20. 6. DIANTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES RECONHECIDAS, COMO PRIMARIEDADE E TENTATIVA DE REGULARIZAÇÃO, FOI DECIDIDO DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO PARA REDUZIR A MULTA PARA O VALOR DE R\$ 537,00 (QUINHENTOS E TRINTA E SETE REAIS), MANTENDO A TIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO.

DECISÃO:A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, **DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO VOLUNTÁRIO, REDUZINDO A MULTA PARA O VALOR DE R\$ 537,00 (QUINHENTOS E TRINTA E SETE REAIS)**, NOS TERMOS DO ART. 27, ALÍNEA "D" DA LEI Nº 9.295/46, ART. 56 E 57 DA RES. CFC 1.603/20 E ART. 6º, §1º E ART. 21 DA RES. CFC 1.708/2023.UNÂNIME. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 438ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 471ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 19/02/2025.